

JUDICIÁRIO

STF retoma atividades e pauta do segundo semestre prevê dois julgamentos polêmicos: o primeiro, que estabelece uma data para a demarcação de terras indígenas; o segundo, que responsabiliza as big techs sobre publicações nas redes

Marcos podem acirrar conflito

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal retoma as atividades na quinta-feira sob a promessa de chegar a uma definição sobre dois temas com potencial de acirrar o conflito entre os poderes Judiciário e Legislativo. O primeiro é a tese do marco temporal das terras indígenas, derrubada pelo STF no ano passado, mas ressuscitada pelo Congresso — que aprovou uma lei chancelando o entendimento e revisando a decisão da Corte. O segundo é o marco civil da internet e a discussão sobre o artigo 19 — que trata da responsabilização dos provedores sobre o conteúdo dos usuários.

O marco temporal coloca em lados opostos comunidades tradicionais e ruralistas. A tese afirma que só teriam direito a ocupar áreas destinadas aos povos indígenas comunidades que já as ocupavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Mesmo quem lá estava antes disso, mas por alguma razão tenha sido obrigado a migrar, não teria direito àquela terra.

5
de outubro de 1988 é a data da promulgação da atual Constituição. É a partir dela que os produtores rurais pretendem estabelecer o parâmetro para a criação de reservas indígenas

Entre algumas das alegações dos ruralistas, está que algumas dessas áreas, antes indígenas, são ocupadas há décadas por famílias de pequenos produtores, que as compraram de boa-fé ou para lá se mudaram no começo do século passado. Além disso, os defensores da tese do marco argumentam que retirar os ocupantes das terras pode piorar a instabilidade em algumas regiões habitualmente tensas por conta de disputas agrárias.

O STF entendeu que o marco é inconstitucional, não encontra respaldo constitucional e viola direitos de povos tradicionais. Em abril, o relator das ações sobre o tema, ministro Gilmar Mendes, negou um pedido para

suspender a proposição aprovada pelo Congresso, mas determinou a criação de uma comissão especial composta por governadores, produtores e representantes dos indígenas. O governador Eduardo Riedel, de Mato Grosso do Sul, foi escolhido pelo Fórum Nacional de Governadores para representar as unidades da Federação no colegiado.

O tema será discutido em audiências públicas no Supremo. O primeiro encontro será em 5 de agosto e as reuniões vão até 18 de dezembro. A Articulação dos Povos Indígenas (Apib) terá seis representantes; a Câmara e o Senado, três membros cada; e o governo federal, quatro.

Internet

O ministro Dias Toffoli, relator de ações que tratam do marco civil na internet, prometeu que em julho as ações estariam prontas para julgamento. O tema opõe as big techs — grandes empresas de tecnologia que gerenciam plataformas digitais — grupos que querem a regulamentação das redes sociais.

Andressa Anholette/SCO/STF



Indígenas acompanham sessão da Corte sobre o marco temporal, que é defendido pelos ruralistas

O caso foi pautado para julgamento em março, mas foi retirado de pauta a pedido de Toffoli sob o argumento de que era necessário aguardar a votação, no Congresso, do projeto das fake news — que criminaliza a prática de disseminação de mentiras e desinformações pelas redes sociais. Mas a proposta emperrou na Câmara por pressão dos bolsonaristas, que conseguiram frear o Projeto de Lei (PL) 2.630/20. Em abril, o presidente

da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), anunciou a criação de um grupo de trabalho para debater um novo projeto de regulação das redes sociais.

A isso somaram-se os ataques do bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), contra o ministro Alexandre de Moraes, que numa série de publicações acusou-o de estar à frente de ações contra a liberdade de expressão — o que serviu para atizar os bolsonaristas contra o STF. Por conta desses

dois episódios, Toffoli decidiu reavaliar o julgamento.

A discussão gira em torno do artigo 19 do marco civil da internet, que prevê a responsabilização das plataformas digitais pelos conteúdos de desinformação ou outras ilegalidades postados pelos usuários. Alexandre Coelho, advogado especialista em Direito Digital e Proteção de Dados, ressalta que o cenário atual é bem diferente da época em que o marco civil foi aprovado no Congresso.

LEGISLATIVO

Emendas diminuem o interesse por prefeituras

» EVANDRO ÉBOLI

A cada quatro anos, tem se reduzido o interesse de deputados federais em disputar prefeituras de seus redutos eleitorais. Nas últimas sete eleições, entre 1996 e 2020, esse número caiu à metade, o que demonstra a indiferença do parlamentar em tentar se eleger chefe do Executivo municipal. Em 1996, 117 deputados se candidataram a prefeito. Na última disputa para o cargo, em 2020, apenas 59, dos 513 representantes da Câmara, concorreram.

Na disputa deste ano, o cenário não é diferente. Levantamento inicial do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que é um número sempre maior que o real, contabilizou que 93 deputados se apresentaram como pré-candidatos a prefeito, mas que pelo menos 30 deles vão ficar pelo caminho — ou seja, vão seguir com mandato na Câmara e fazer campanha para aliados.

Para chegar a esse primeiro número de deputados pré-candidatos, o Diap usou três linhas de checagem: pesquisa em sites de notícias ou blogs na internet; levantamentos eleitorais divulgados por institutos; e contato com os gabinetes na Câmara, lideranças partidárias e diretórios municipais e estaduais das legendas.

E esse volume de pré-candidatos se afunilando conforme o calendário eleitoral aperta. Até 5 de agosto, os partidos e federações poderão realizar convenções para definir as coligações e escolher candidatos a prefeito, vice e vereadores. Definidas as candidaturas, até 15 de agosto esses nomes precisam ser registrados na Justiça Eleitoral.

Valores

Em 2020, por exemplo, eram 123 os congressistas que sinalizaram que disputariam prefeituras, mas apenas 59 concorreram. Para o Diap, algumas razões

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Deputados esvaziando trabalhos não para fazer campanha aos Executivos municipais, mas, sim, para apoiar aliados

justificam esse pouco interesse. Uma dessas motivações é o valor das emendas parlamentares a que cada deputado e cada senador passou a ter direito nos últimos anos — quando tornou-se impositivo o pagamento desses valores definidos no Orçamento. Essa obrigatoriedade reduziu a fila de deputados na antessala de ministros, que controlavam a

distribuição dessas verbas.

Apenas em emendas individuais, cada deputado dispõe de R\$ 38 milhões por ano e cada senador, R\$ 70 milhões. Se forem levadas em conta as emendas de comissão e de bancada, esse montante pode dobrar. São raras os municípios que dispõem de tantos recursos livres em caixa para alocar onde bem entenderem.

Para André Santos, analista político do Diap, o poder e o tamanho da liderança de um deputado no reduto eleitoral é muito superior a outros períodos graças ao volume de verba que tem disponível para repassar aos aliados. E em vez de beneficiar a apenas uma Prefeitura, o dinheiro é suficiente para agradar a vários ao mesmo tempo.

“O interesse dos deputados em disputar prefeitura tem caído e muito em função dessa ampliação dos recursos das emendas. Hoje, um deputado é o agente principal para levar recursos às cidades, ao lado do prefeito. Por isso, em vez de se lançarem, preferem apoiar nomes nas regiões. Esses prefeitos e vereadores formam a base de apoio nas suas tentativas de reeleições ao Congresso”, afirmou.

Um deputado pode repassar recurso livremente a uma prefeitura sem que seja sequer apresentado um projeto. É a chamada “emenda pix”. “Este é o período em que esvaziam Brasília e vão para as bases para eleger ‘seus’ prefeitos, como gostam de dizer. E a emenda é, muitas vezes, o carro-chefe da campanha”, diz o analista do Diap.

André lembra ainda que centenas de cidades não têm um orçamento próprio da dimensão do valor de emendas que recebe de um deputado. Partidos como PL e PT, que têm as maiores bancadas da Câmara, lideram essa relação de maior número de deputados que disputarão prefeituras. A estimativa é que entre 10 e 15 deputados de cada uma dessas legendas concorrerão a prefeito.



ROBERTO BRANT

SE A DUPLA TRUMP-VANCE GANHAR AS ELEIÇÕES, O PAPEL DOS EUA VAI MUDAR RADICALMENTE. SUA POLÍTICA EXTERNA NÃO VAI FAZER CONCESSÕES AO INTERNACIONALISMO E ÀS ALIANÇAS; SEU APOIO A ISRAEL SERÁ INCONDICIONAL; E SUA RELAÇÃO COM A CHINA SERÁ DE ANTAGONISMO

Cem dias de incertezas

No dia 5 de novembro, os Estados Unidos vão eleger um novo presidente e um novo Congresso. A princípio, essas eleições deveriam interessar apenas aos americanos. Dadas as circunstâncias geopolíticas e a natureza das divisões na política americana, no entanto, o resultado dessas eleições pode representar uma mudança muito grande na ordem internacional.

Em 2006, quando ainda era o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair observou que o século XXI estava assistindo ao esvaziamento das linhas tradicionais esquerda-direita. Em seu lugar, a grande divisão estava se tornando “aberto contra fechado”. Passadas quase duas décadas, aquela observação demonstrou ser um fato incontestável.

O mundo, hoje, está claramente dividido entre países governados por regimes

autoritários, com inspiração no nacionalismo e nos valores do passado histórico, e países democráticos abertos ao comércio, à globalização e às mudanças. Entre os dois grupos, predomina um razoável equilíbrio de poder, o que, de certa forma, contém dentro de limites as tensões desestabilizadoras. Não fora isso, a Rússia já teria ocupado toda a Ucrânia e estaria ameaçando seus vizinhos na fronteira europeia; e o Oriente Médio já seria cenário de um conflito generalizado.

Esse equilíbrio, no entanto, é precário, especialmente porque, no campo democrático, o papel de cada país na ordem internacional depende de como suas populações definem seu interesse nacional. Nos regimes autoritários, essas questões se decidem sem qualquer consulta à sociedade. Na Europa ou nos EUA — que pela força de suas

economias e de suas forças armadas, têm poder para contrapor-se à prevalência do mundo autoritário —, a definição do interesse nacional é decidida em eleições, cada dia mais polarizadas.

Nas últimas eleições francesas, por exemplo, a eventual vitória da aliança de Marine Le Pen levaria à desunião da União Europeia em sua resistência à invasão da Ucrânia e ao apaziguamento nas relações com a Rússia de Vladimir Putin.

Numa escala muito maior, as próximas eleições americanas são uma verdadeira encruzilhada para o mundo democrático. Para o próprio povo americano, o que estará em jogo são outras coisas, outros temas e conflitos de ordem interna, principalmente nas áreas da economia, dos costumes e da imigração. No plano da política externa, democratas e republicanos até

recentemente compartilhavam a mesma visão do mundo. Nesse momento, essas visões não poderiam ser mais diferentes e contrastantes.

O historiador das presidências americanas Timothy Naftali, da Universidade de Columbia, numa entrevista publicada na semana passada, observou que quando numa superpotência a definição do interesse nacional pode ser alterado por uma eleição, algo que nunca se teve notícia até hoje, a incerteza se dissemina em toda a ordem internacional. É o caso precisamente que está em vias de ocorrer nos EUA.

Mudança radical

Se a dupla Trump-Vance ganhar as eleições, o papel dos EUA no mundo, segundo suas próprias palavras, vai mudar radicalmente. Sua política externa não vai fazer concessões ao internacionalismo e às alianças; as relações com a Europa e, conseqüentemente, seu papel

na defesa da Ucrânia serão reformulados; seu apoio à política atual de Israel será incondicional, mesmo com o risco de uma conflagração mais generalizada no Oriente Médio; e sua relação com a China será de antagonismo aberto, especialmente no campo do comércio.

Essas posturas terão o efeito de desarmar o campo dos países democráticos e liberais em sua relação com o mundo dos países autoritários e de desmontar a estrutura do comércio internacional, desencadeando uma baragem protecionista que prejudicará a maior parte das economias do mundo. Não temos o direito de nos intrometer nas questões domésticas de qualquer país, pois cada povo deve ser livre para escolher seu destino. Mas não podemos ter nenhuma dúvida de que a vitória dessas ideias será um golpe muito duro no interesse nacional brasileiro.

Torcer para que isso aconteça é a prova de que política e razão raramente andam juntas.